

NARRATIVAS EM DISPUTA: A IMAGEM PÚBLICA DE SEBASTIÃO GASPAR D'ALMEIDA BOTO NA IMPRENSA SERGIPANA OITOCENTISTA¹

DISPUTED NARRATIVES: THE PUBLIC IMAGE OF SEBASTIÃO GASPAR D'ALMEIDA BOTO IN THE NINETEENTH-CENTURY SERGIPE PRESS

Paulo Henrique Dias de Souza²

Resumo:

O artigo analisa a atuação política de Sebastião Gaspar d'Almeida Boto, figura emblemática e controversa da elite sergipana oitocentista, com foco no período entre 1838 a 1844, período em que esteve em destaque na política sergipana. A pesquisa centra-se em analisar como os periódicos da época, em especial “O Triunfo” e “Correio Sergipense”, exerceram papel crucial na construção de sua imagem pública, criticando duramente sua gestão e qualificando-a como ineficiente. A análise baseia-se em fontes primárias, como documentos do Fundo do Governo disponíveis no Arquivo Público de Sergipe e jornais oitocentistas disponíveis no site da Biblioteca Nacional. O artigo adota uma abordagem tratando a imprensa como artefato histórico e agente de disputas simbólicas (de Luca (2008)). A trajetória de Boto é compreendida à luz da lógica de poder e das estratégias de reprodução das elites no contexto do Estado imperial brasileiro, conforme discutido por autores como Carvalho (2008) e Dolhnikoff (2005), que examinam o papel das elites provinciais na articulação entre poder local e centralização estatal. Portanto, a análise da trajetória de Boto evidencia as complexas relações entre política, prestígio social e disputas de poder na província de Sergipe durante o século XIX, envolta em polêmicas e marcada por críticas de parte da sociedade e da imprensa.

Palavras-chave: Boto; Política Imperial; Imprensa oitocentista; Sergipe; Elites provinciais.

Abstract:

This article analyzes the political activities of Sebastião Gaspar d'Almeida Boto, an emblematic and controversial figure of the nineteenth-century Sergipe elite, focusing on the period between 1838 and 1844, a period during which he was prominent in Sergipe politics. The research focuses on how periodicals of the time, especially “O Triunfo” and “Correio Sergipense”, played a crucial role in shaping his public image, harshly criticizing his administration and labeling it inefficient. The analysis is based on primary sources, such as documents from the Government Fund available at the Sergipe Public Archives and nineteenth-century newspapers available on the National Library website. The article adopts an approach that treats the press as a historical artifact and an agent of symbolic disputes (de Luca, 2008). Boto's trajectory is understood in light of the logic of power and the strategies of elite reproduction within the context of the state of the Brazilian Empire, as discussed by authors such as Carvalho (2008) and Dolhnikoff (2005), which examine the role of provincial elites in the articulation between local powers and the centralized state. Therefore, the analysis of Boto's trajectory highlights the complex relationships between politics, social prestige and power struggles in the province of Sergipe during the 19th century, a region shrouded in controversy and marked by criticism from both society and the press.

Keywords: Boto; Imperial Politics; Nineteenth-century press; Sergipe, Provincial elites.

Introdução

¹ Esse artigo é fruto de uma Iniciação Científica financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/SE), na modalidade bolsista voluntário (PICVOL) ao projeto “O Poder Legislativo em Sergipe Provincial: Fragmentos, Contextos e Discussões”.

² Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Maria Matos Antonio (DHI/UFS).

Durante o império, o Brasil vivenciou intensas transformações políticas que impactaram diretamente as dinâmicas de poder nas províncias, onde figuras como os deputados provinciais desempenhavam papéis centrais nas disputas locais. Na província de Sergipe, o deputado Boto emergiu como uma dessas personagens marcadas por forte presença pública. Sua trajetória política foi constantemente acompanhada e criticada pela imprensa, que contribuiu para a construção de uma imagem pública ambígua, oscilando entre o prestígio institucional e a deslegitimação moral. Diante disso, o presente estudo busca compreender como se deu essa representação negativa do deputado nos periódicos provinciais, problematizando os discursos veiculados sobre sua atuação e investigando de que forma essas narrativas refletiam e influenciavam os conflitos políticos, os interesses e os mecanismos de produção de autoridade.

O início do século XIX, marcado pela formação das instituições e da identidade nacional brasileira, evidenciou a centralidade da política como instrumento estruturante da nova ordem social e estatal. Nesse contexto, política e poder tornam-se categorias indissociáveis. Como afirmam Silva e Silva (2009), “a palavra política não pode ser entendida separada da ideia de ‘poder’”, ressaltando que o poder não se limita ao âmbito estatal, mas está disseminado por toda a sociedade, presente nas múltiplas relações que configuram a vida social. Partindo dessa perspectiva, Carvalho (2008) analisa o papel exercido pelas elites políticas brasileiras no processo de consolidação do Estado nacional após a Independência. Segundo o autor, tais elites desempenharam uma função decisiva na definição da estrutura política do Império, promovendo uma centralização do poder que buscava garantir a estabilidade e a manutenção de seus próprios interesses. Assim, a construção do Estado brasileiro está diretamente ligada às estratégias de dominação e organização social empreendidas por essas elites dirigentes ao longo desse processo.

Neste cenário, os periódicos oitocentistas exerceram papel fundamental na construção e disseminação da imagem pública de Almeida Boto, tanto no exercício de seu mandato parlamentar na Assembleia Legislativa Provincial quanto durante sua atuação como presidente da província. A imprensa do período, em especial os jornais como “O Triunfo²” e “Correio Sergipense³”, funcionava como um importante espaço de crítica e fiscalização política, revelando tensões e disputas locais.

Sebastião Gaspar de Almeida Boto, descendente da nobre família portuguesa dos Távoras, filho do coronel João Aguiar Caldeira Boto e D. Ana Jerônima da Silveira nasceu no engenho Maruim de Cima, pertencente a vila de Santo Amaro, em 17 de setembro de 1802 e faleceu no engenho Poxim localizado no município de São Cristóvão em 31 de maio de 1884,

com mais de 80 anos. Como membro de estirpe aristocrática portuguesa e figura de destaque no cenário político, seus restos mortais foram sepultados na igreja matriz de São Cristóvão.

Boto, como ficou conhecido, começou ainda muito cedo a participar de ações ligadas à política interna do Brasil. Aos 19 anos comandou uma companhia de guardas milicianos, custeados com recursos próprios, essa companhia atuou durante a guerra de Independência ao lado do general Labatut, comandante em chefe do Exército, no território Sergipe. A partir de então, assumiu diversos cargos na administração pública, tendo sua trajetória política marcada por frequentes polêmicas e conflitos relacionados ao exercício e disputas pelo poder. Sua atuação gerou tanto prestígio quanto (des)prestígio, refletindo os impactos de suas decisões e condutas ao longo da vida pública.

Os documentos oficiais do governo da província de Sergipe revelam um posicionamento patriótico por parte do Sr. Boto. Neste caso, o então deputado estava ocupando o maior cargo da administração provincial, o de presidente da província. O documento analisado, disponível no Fundo do Governo (G1), do Arquivo Público do estado de Sergipe, datado de novembro de 1838, trata-se da comemoração da “festividade nacional pelo faustíssimo dia dois de dezembro”, dia em que o Imperador D. Pedro segundo fazia aniversário. Esse documento revela o alinhamento político que o Presidente Boto tinha com o imperador. Tal alinhamento político com a corte no Rio de Janeiro já era perceptível desde muito cedo, quando o jovem Boto, de apenas 19 anos, decidiu custear uma companhia de guardas milicianos e lutar com o general Labatut na guerra de independência em Sergipe, demonstrando sua adesão aos interesses autonomista da corte fluminense, como podemos ver no trecho abaixo:

Com a chegada do general francês a Sergipe, exigiu-se da população seu alistamento no Batalhão do Imperador, fato que permitiu não apenas a inserção de muitos indivíduos na estrutura militar, principalmente homens jovens da elite colonial local, como sua posterior promoção a postos superiores. Um exemplo desse fenômeno está na história dos sergipanos José da Trindade Prado, adolescente na época em que as guerras começaram, e Sebastião Gaspar de Almeida Boto. Por determinação de Labatut, foi-lhes concedida patente militar para recompensá-los por desempenho e custeio na guerra (Antonio, 2012, p. 169-170).

Como deixa claro Antonio (2012), Sebastião Gaspar de Almeida Boto e outros jovens da elite colonial sergipana lutaram ao lado de Labatut na guerra em prol de D. Pedro e da independência.

No que se refere às fontes, utilizados periódicos do período e documentos oficiais do governo da província, disponíveis no acervo do Arquivo Público do estado de Sergipe (APES).

Especificamente “Correio Sergipense: Folha Oficial, Política e Literária” e “O Triunfo”, disponíveis no site da Biblioteca Nacional⁴. A diversidade dessas fontes torna-se um recurso valioso, pois possibilita cruzar informações, identificar múltiplas vozes e aprofundar a análise dos acontecimentos e das relações de poder no período analisado. Articulando diferentes fontes, é possível aprofundar a análise histórica, com ênfase não apenas os fatos, mas também os interesses e narrativas em disputa nos meios de comunicação do período.

Na análise dos jornais, fizemos uso dos cuidados metodológicos apontados pela historiadora Tania Regina de Luca (2008), que destaca a relevância dos periódicos como fontes históricas e instrumentos de formação e circulação de ideias ao longo do tempo. A autora propõe uma reflexão sobre o papel da imprensa não apenas como registro de eventos, mas também como agente ativo na construção das narrativas históricas. Em sua abordagem, a imprensa é compreendida como um fenômeno histórico, cuja estrutura, circulação e vínculos com as condições políticas, sociais e econômicas revelam importantes aspectos das dinâmicas culturais e sociais de diferentes períodos. Assim, os periódicos são apresentados como artefatos fundamentais para a compreensão do imaginário coletivo e das disputas simbólicas de seu tempo.

Segundo Dolhnikoff (2005), o processo de construção do Estado brasileiro após a Independência foi viabilizado por meio de reformas institucionais e administrativas que resultaram de negociações entre o governo central e as elites provinciais. Tais reformas foram possíveis a partir de acordos que buscavam conciliar a centralização do poder, representada pela figura do imperador, com as demandas regionais por maior autonomia política. Esse arranjo político, que possibilitou a estabilidade e a consolidação do Estado imperial, é denominado pela autora como “pacto imperial”. Tal pacto expressa a lógica de compromisso mútuo que estruturou o Império brasileiro, no qual a manutenção da unidade nacional dependia da capacidade de acomodar interesses locais em um projeto centralizador de governo.

Imprensa, poder e política no oitocentos

A imprensa no século XIX teve grande influência não só na divulgação de informações, mas também no campo das disputas políticas. Segundo Nunes (2008), a imprensa oitocentista brasileira desempenhou um papel estratégico no tocante as disputas políticas, ideológicas e culturais do século XIX. Ela desempenhava muito mais que um caráter somente informativo, os periódicos da época constituíram verdadeiros locais de embate entre projetos de poder e

campos de força locais e nacionais, servindo como instrumento de ação direta dos grupos dominantes e, em certos casos, de setores marginalizados.

A autora destaca que a imprensa provincial nascia com objetivos pontuais de ataque a adversários, o que evidenciava o grau de personalização da política do Império e a instrumentalização do discurso público. Portanto, existia uma relação estreita entre tipografias locais, elites regionais e ciclos econômicos o que reforça o papel da imprensa como elemento ativo da vida política. A imprensa oitocentista deve ser compreendida como instrumento político e cultural, capaz de expressar, tensionar e redefinir os contornos da esfera pública no Brasil imperial. Os periódicos do período, como o “O Triunfo” e “Correio Sergipense”, expressavam as ideias e opiniões provenientes das elites sergipanas. Contudo, diversos fatores são importantes para a utilização dos jornais como dispositivo político, dentre eles o alto custo da assinatura, que variava entre 6\$000 a 8\$000 réis por ano, a depender do jornal. Assim, consumir e publicar jornais ficava restrito aos setores mais abastados, restringindo o uso político e o acesso dos periódicos às elites.

Segundo Kieling (2014), a imprensa no período imperial constitui um objeto complexo e fundamental para a compreensão dos processos de construção política e simbólica. Os periódicos oitocentistas operavam como espaços privilegiados de enunciação ideológica, fortemente vinculados às disputas políticas e sociais em curso. A autora destaca que ao analisar o jornal “O Povo” (1838–1840), órgão oficial da República Rio-Grandense, os jornais daquele período não apenas comunicavam acontecimentos, mas atuavam como dispositivos produtores de sentido, articulando linguagem, forma e poder.

A autora baseia-se no conceito de “dispositivo” formulado por Maurice Mouillaud (2002), que permite compreender a imprensa não como mero reflexo da realidade, mas como agente ativo na organização do discurso público. Os elementos materiais do jornal formam um arranjo que enquadra a narrativa e direciona a recepção do conteúdo. A prática de publicar manifestos, correspondências interceptadas, boletins militares e comentários editoriais sem distinções formais claras reflete um modelo de imprensa engajado, que não aspirava à neutralidade, mas sim à militância política.

A imprensa oitocentista assumia, portanto, um papel de tribuna ampliada, operando como extensão das disputas travadas nos espaços institucionais e nas ruas. Kieling (2014), conclui que a imprensa do século XIX deve ser analisada à luz de suas singularidades formais e históricas, reconhecendo sua centralidade como espaço de produção e disputa de significados no processo de construção do Brasil imperial.

Assim como em diversas regiões do Império brasileiro, a imprensa exerceu um papel estratégico na vida política da província de Sergipe, configurando-se como um espaço privilegiado de expressão, mediação e disputa entre diferentes projetos de poder. Mesmo em uma província pequena, os periódicos impressos tornaram-se instrumentos centrais na articulação de interesses locais, frequentemente assumindo posturas partidárias e contribuindo para as disputas políticas.

De acordo com Freire (2013), o primeiro jornal impresso em Sergipe foi o “Noticiador Sergipense”, lançado no início da década de 1830, período regencial marcado por intensas transformações políticas e administrativas no país. A partir de então, a imprensa sergipana passou a ocupar lugar relevante nos embates entre facções políticas provinciais, muitas vezes funcionando como extensão das disputas travadas na Assembleia Provincial. Pode-se afirmar que, desde sua origem, a imprensa em Sergipe não apenas acompanhou os processos políticos, mas tornou-se uma importante ferramenta na luta por poder, influenciando a formação da opinião pública e intervindo ativamente nos rumos da província.

Inicialmente, analisamos um comunicado publicado na edição número 178/179 do periódico “Correio Sergipense”. Trata-se de um jornal típico do século XIX, de perfil oficialista, que circulava na província de Sergipe e abordava uma variedade de temáticas, com ênfase em questões políticas, literárias e administrativas. Veiculado em um contexto de formação do Estado imperial brasileiro, o “Correio Sergipense” funcionava como instrumento de construção e divulgação de uma determinada visão de mundo, frequentemente alinhada aos interesses das elites locais e aos valores do regime monárquico.

Abaixo, é possível notar um trecho retirado do periódico “Correio Sergipense: Folha Official, Política e Literaria” do ano de 1840.

Hontem veio o Exm. Sr. Sebastião Gaspar d'Almeida Bôto a esta Capital, dispidir-se de seus Amigos para o Rio de Janeiro, para onde vai como Deputado á Assembleia Geral; por esta occasião não podendo sermos indifferentes ás gratas lembranças que das heroicas virtudes do nosso digno Concidadão, nos velo a idea, não nos foi possivel deixar de dar um publico testemunho da nossa amizade e gratidão para com aquelle de quem a Provincia e seus amigos, tem por muitas vezes experimentado acções nascidas do seu excellente natural. Descendente d'uma prole illustre, e favoretido da fortuna, o nosso amigo dodicou-se à vida campestre, e mesmo nesta vida retirada dos publicos negocios, nunca foi indefferente aos reclamos de sua Província⁵.

No excerto acima, retirado do “Correio Sergipense: Folha Official, Politica e Literaria”, uma escrita laudatória de aclamação as ações de Sebastião Gaspar de Almeida Boto, marcada por uma linguagem formal, rebuscada e com muitos elogios. Trata-se de uma nota de despedida dirigida ao Sr. Boto, pela sua partida para a corte no Rio de Janeiro, onde assumiria o cargo de deputado na Assembleia Geral. Nesse sentido, o pequeno texto tem como principal objetivo prestar homenagem à figura pública, destacando suas virtudes morais, sua atuação política e seu comprometimento com a província natal.

A análise do texto revela alguns pontos importantes. Inicialmente, observa-se o caráter honroso que foi construído pelo periódico “Correio Sergipense” da figura do Sr. Boto, tratado como um cidadão exemplar, dotado de “heroicas virtudes”, “excelente natural” e “maneiras doces”. O autor constrói uma imagem de homem público perfeito. Essa construção reflete uma prática comum do período, na qual as figuras públicas eram exaltadas como modelos morais e patrióticos, contribuindo para a formação de um imaginário político-elitista, centrado em indivíduos supostamente superiores por nascimento, caráter e atuação.

Além disso, o texto também menciona a “treslocada revolta de 1836”. O autor se refere a um episódio de conflito político regional (Revolta de Santo Amaro⁶), apresentando o Sr. Boto como defensor da “legalidade” e da ordem, empunhando a espada com firmeza e governando com docilidade, como podemos ver no trecho abaixo:

(...) o assim prestou se sempre, quer nas antigas milicias, quer no conselho Provincial, pugnando com todas as forças pelo bem do terreno que o vio nascer, até que por occasião da treslocada revolta, que no anno de 1836 teve lugar nesta Provincia, pôde elle mostrar d'uma extremidade a outra da Provincia, as suas Heroicas virtudes, tomando o Commando em Chefe das forças da legalidade, com a espada na dextra, e a docilidade nas suas acções e palavras, arredou de sua Patria natal a vil anarchia, e fez desaparecer os patcorozos resentimentos quo apôz si deixa sempre a guerra de partidos: forão estes os justos titulos, q' the adquirirão a estima geral, o que o elevarão a tomar assento na Camara quatrienal, por uma grande maioria da Provincia: possa o nosso amigo grangear na Assembléa Geral, pelas suas maneiras doceis, estima de todos os bons Brasileiros, o mostrar d'est'arte que os Sergipanos cumprirão em dever sagrado elevando-o a tão alto Emprego. Entretanto receba o A Doos da verdadeira saudade de seus Amigos, e da Provincia abenção⁷.

Outro aspecto digno de nota é o uso de uma linguagem carregada de sentimentalismo e idealização, como se vê na despedida final, onde se deseja que o deputado “granjeie na Assembleia Geral [...] a estima de todos os bons brasileiros” e se afirma que ele parte com a “verdadeira saudade de seus amigos”. A escolha linguística cumpre a função de reforçar o vínculo emocional entre o homenageado e sua província, ao mesmo tempo em que constrói um

ideal de representação política baseado em virtudes pessoais e em um suposto dever sagrado de servir à pátria.

Portanto, em vez de destacar projetos de lei ou ideias defendidas pelo deputado, o texto valoriza a sua origem e conduta moral, mostrando como a política do período estava profundamente marcada por aspectos pessoais e de prestígio social. O trecho oferece um rico material para pensar a cultura política do Império brasileiro, evidenciando como o elogio público era utilizado como ferramenta de legitimação social e política, sustentado por uma visão elitista, moralista e fortemente hierarquizada da vida pública.

Em contraste com o conceito construído pelo “Correio Sergipense” em torno da figura do deputado Sebastião Gaspar de Almeida Boto, encontra-se um excerto extraído do periódico “O Triunfo”, que adota uma perspectiva nitidamente oposta. Diferentemente do primeiro jornal, que se alinha a uma narrativa oficialista e enaltecadora, “O Triunfo” assume um caráter político mais crítico e combativo, refletindo posicionamentos divergentes em relação à atuação de determinadas lideranças públicas. Essa contraposição entre os dois periódicos revela não apenas disputas de opinião, mas também o papel central da imprensa oitocentista como arena de embates ideológicos e construção de diferentes versões da realidade política da época.

Em suas páginas, era comum encontrar expressões pejorativas dirigidas à atuação de Boto, como “chorosa administração” e “falta de necessária habilitação” (para administrar), o que evidenciam uma percepção de incompetência por parte do governante. Essas críticas não apenas desgastavam sua imagem diante da opinião pública, mas também contribuíam para consolidar uma narrativa de fracasso político em torno de sua gestão. Assim, os jornais assumiam um duplo papel, de informar, mas também de caráter político, sendo instrumentos estratégicos na disputa por poder no cenário provincial.

Abaixo, é possível notar um trecho retirado do periódico “O Triunfo”:

Os tempos se tem mudado, eles cada vez mais vão patenteando a falta da necessária habilitação, que tem o senhor Boto para figurar na cena pública, convém, que volte para a obscuridade, donde saíra, e a que a natureza o condenará. As provas disso são exuberantes, e entre estas salta aos olhos a indiferença, e "inalterabilidade" com que os poucos amigos que lhes restam nessa Assembleia Provincial ouvem cantar os blefos feitos com que o senhor Boto imortalizou a sua sempre (...) chorosa administração⁸.

O trecho acima, constitui uma clara manifestação de oposição à figura de Sebastião Gaspar de Almeida Boto e representa um exemplo contundente da retórica política combativa presente na imprensa oitocentista. Diferentemente do tom laudatório observado no Correio Sergipense, aqui encontramos uma linguagem sarcástica e demolidora, que busca deslegitimar

não apenas a atuação política do deputado, mas também sua própria capacidade e dignidade como figura pública.

A crítica se estrutura a partir de uma oposição direta entre o prestígio que Boto recebera anteriormente e o “desmascaramento” progressivo de sua suposta incompetência. A frase “os tempos se têm mudado” sinaliza uma transição no olhar público, ou seja, se antes ele fora exaltado, agora, segundo o autor, revela-se sua “falta da necessária habilitação”. Ao afirmar que Boto deveria “voltar para a obscuridade, donde saíra, e a que a natureza o condenará”, o texto não apenas desacredita suas qualidades políticas, mas também recorre a uma ideia biologizante e determinista de inferioridade, naturalizando sua exclusão do espaço público, um recurso retórico agressivo, típico dos embates políticos da época.

Nesse sentido, a crítica se intensifica ao mencionar a indiferença dos “poucos amigos que lhe restam” na Assembleia Provincial, revelando não só o isolamento político de Boto, mas também o descrédito de suas ações administrativas, descritas com ironia como “blefos feitos com que [...] imortalizou a sua sempre chorosa administração”. O uso do termo “blefos” e o adjetivo “chorosa” reforçam o tom jocoso e depreciativo da crítica, apresentando sua gestão como ineficaz e patética.

O periódico ilustra bem o papel da imprensa enquanto espaço de disputa simbólica e política. Através dele, vemos como jornais com posições distintas exerciam influência na formação da opinião pública e na legitimação ou deslegitimação de figuras políticas. Se por um lado a imprensa era usada para enaltecer virtudes e construir heróis provinciais, por outro, servia como instrumento de denúncia e desconstrução de reputações, revelando os conflitos ideológicos que permeavam a vida pública do Império.

A citação extraída do jornal reforça a crítica contundente à figura do Sr. Boto, destacando sua suposta incoerência entre o dever público e sua conduta pessoal. O autor acusa Boto de usar sua posição como deputado para fins egoístas, movido por ambição e interesses particulares, em vez de promover o bem comum da província. A denúncia de “pretensões absurdas”, “torpes manejos” e “indignidades” sugere uma atuação política marcada por manobras escusas e desvios éticos. Ao afirmar que ele se torna “procurador de si próprio”, o texto evidencia uma percepção de traição ao mandato público, como podemos ver abaixo:

Depois dos grandes esforços, que esgotou na sua Assembleia Provincial, a única guarida, que lhe resta, a ver se podia marulhar a província, e desacreditar o seus presidentes, o senhor Boto saio a despedir-se dos poucos amigos que lhe restam (...). Complica a sua posição pública, porque como deputado geral

só lhe cumpria ir advogar o bem da província, como ela merece, promovendo sua prosperidade material, e moral, e pondo de parte pretensões absurdas, desprezíveis intrigas, e torpes manejos. Mas assim não procedendo e tornando-se procurador de si próprio, e tendo somente em vista o seu interesse particular, seu egoísmo e ambição, proclama cada vez mais sua incapacidade para representar sua pátria, e figurar na cena pública, tendo aliás empregado tantas indignidades para poder obter a eleição⁹.

A crítica é, assim, tanto moral quanto política, desqualificando Boto como representante legítimo e denunciando uma desconexão entre seu discurso e suas práticas, reforçando sua imagem de figura desacreditada no cenário político provincial. A análise do excerto nos permite levantar a hipótese de que o próprio deputado utilizou de fraudes para ganhar as eleições, revelando as ilegalidades nas eleições no século XIX.

A historiadora Edna Maria Matos Antonio (2021) analisa de maneira esclarecedora as práticas fraudulentas que marcaram o processo eleitoral na província de Sergipe no início da década de 1840, resultando na vitória de Sebastião Gaspar de Almeida Boto. A autora baseia-se em fontes extraídas do periódico “Sentinela da Monarquia”¹⁰, publicado no Rio de Janeiro, para evidenciar diversas denúncias de fraudes eleitorais, condutas imorais e o uso indevido da Guarda Nacional como instrumento de manipulação política, tudo isso com o objetivo de assegurar a eleição de Boto.

Para concluir o controle do processo eleitoral, Boto teria colocado tropas nas entradas da cidade, fazendo prisões e tomando listas, conseguindo dessa forma “que só votassem os soldados permanentes e os seus sicários sufocando a expressão dos homens independentes que formam a maioria dos habitantes da freguesia” (Antonio, 2021, p. 64).

Ainda segundo Antonio (2021):

No mesmo tom de denúncia que marcou o outro texto, embora não se conheça sua autoria, o dessa edição quis mostrar os atos ilícitos nos procedimentos eleitorais, usando o que seriam trechos de uma carta “de pessoa idônea” que textualmente reclamava que “nunca o Sergipe se viu em um estado tão degradante e assustador como agora debaixo da administração do Senhor Boto”, instigado por seu sobrinho (Barros Pimentel) e o secretário. O autor clama “aos céus que essa exposição seja lida com atenção pelo Ministério atual para que dê remédio e não continue comprometida a paz naquela província (Ibid., p. 66).

A partir da análise feita pela autora sobre o cenário político-eleitoral da província de Sergipe no século XIX, o conteúdo do excerto reforça a tensão e descrédito que permeava o

processo eleitoral da época. As denúncias apresentadas acusam diretamente a administração de Sebastião Boto de práticas degradantes, atribuídas também à influência de seus aliados mais próximos, como o sobrinho Barros Pimentel e o secretário.

O tom da denúncia demonstra tanto o grau de disputa entre a elite local quanto o uso estratégico da imprensa como meio de pressão política. Assim, o trecho não apenas revela as acusações contra Boto, mas também ilustra os embates pelo poder e as disputas narrativas travadas nos espaços públicos e na imprensa.

A partir da análise de periódicos do período, Paulo Souza (2025), em seu Relatório Final de pesquisa, evidencia as controvérsias que marcaram a trajetória política de Sebastião Gaspar de Almeida Boto, bem como os escândalos envolvendo seus principais aliados. As fontes consultadas revelam críticas contundentes à atuação desses personagens no cenário político sergipano. Segundo Souza (2025), o periódico “O Triunfo” possuía caráter mais incisivo e de críticas as decisões tomadas tanto pela Assembleia Legislativa Provincial quanto em especial pela figura do então deputado Boto, mostrando “polêmicas envolvendo figuras públicas”, como demonstra o trecho a seguir:

Além disso, a documentação evidencia que pessoas próximas ao deputado Boto estiveram envolvidas em diversas polêmicas e até mesmo em atividades criminosas no contexto regional da província. Esses episódios não apenas comprometiam a imagem dessas figuras, mas também afetavam diretamente a reputação do próprio parlamentar, gerando controvérsias e críticas sobre sua atuação política e suas alianças. O envolvimento de seus aliados em escândalos reforçava a percepção negativa que parte da sociedade sergipana já nutria em relação a Boto, tornando-o alvo recorrente de ataques na imprensa e entre seus opositores. Esse cenário evidencia como as redes de influência política do período eram permeadas por disputas intensas e como a proximidade com indivíduos controversos poderia impactar a trajetória de um representante na Assembleia Provincial (Souza, 2025, p. 11-12).

Souza (2025) faz referência à edição nº 00014 do periódico “O Triunfo”, que noticiava um crime brutal ocorrido na vila de Capela. Segundo a publicação, um cidadão da província, identificado como próximo do então deputado Sebastião Gaspar de Almeida Boto, foi acusado de assassinar Evaristo José d’Amorim com 36 punhaladas no coração e, em seguida, matar sua esposa, referida no jornal como a “inocente viúva Maria Sinhá” com dois disparos e múltiplas punhaladas. O redator do periódico destaca ainda que Boto teria recorrido ao chefe de polícia local na tentativa de interceder em favor do criminoso, solicitando que este “gozasse de algum indulto a respeito do crime”.

A referência feita por Souza (2025) evidencia como as relações de poder e os vínculos políticos influenciavam diretamente na condução da justiça durante o período provincial. O

episódio narrado, que envolve um crime de extrema violência cometido por um aliado de Sebastião Boto, e a posterior tentativa do deputado de interceder junto ao chefe de polícia em favor do acusado, revela não apenas o uso político das instituições, mas também o modo como determinadas figuras públicas tentavam proteger seus correligionários. O caso, ao ser exposto pela imprensa, contribuiu para a construção de uma imagem pública negativa de Boto, associando seu nome à impunidade.

Autores como Felisbelo Freire em sua obra “História de Sergipe”, de 1898 e utilizamos a edição de 2013, avaliam Sebastião Gaspar de Almeida Boto no contexto conturbado da política provincial durante o Império, destacando episódios pontuais em que sua atuação se fez presente, bem como tecendo críticas diretas à sua gestão. Segundo Freire, o período compreendido entre 1836 e 1842 foi marcado por “agitações, de paixões políticas, de assassinatos, de rapinagem, de desprezo da lei, de prepotência dos mandões” (p. 348), cenário no qual Almeida Boto figura como um dos protagonistas. Durante esses anos, Boto ocupou cargos de destaque na administração pública provincial, incluindo o de presidente da província de Sergipe. Sua notoriedade nesse período se deve, em parte, à repressão à Revolta de Santo Amaro, evento que consolidou sua imagem como um dos “mandões” a que se refere o autor.

A historiadora sergipana Maria Thetis Nunes (1996), retrata Almeida Boto mais por seus cargos e atuações institucionais do que por sua estruturação ideológica ou práticas. Thetis amplia o olhar sobre a história local, deslocando o foco dos grandes nomes para redes, instituições e disputas por influências. Embora Almeida Boto não seja a órbita principal, sua figura surge inserida nas negociações do poder local, com análise sobre a sociabilidade política, o funcionamento da Assembleia Provincial e o uso da imprensa como instrumento político.

Segundo Santos e Leandro (2010), a trajetória de Sebastião Gaspar de Almeida Boto insere-se de forma exemplar nas estratégias de reprodução das “grandes famílias” que marcaram a formação da elite política e econômica de Sergipe no século XIX. Almeida Boto representava a transição bem-sucedida de capital econômico, prestígio político e simbólico, característica fundamental do processo de ascensão das oligarquias locais. Muito atuante nas guerras de independência, posteriormente converte sua autoridade militar em poder e visibilidade política, ocupando por décadas posições de destaque, como deputado provincial, presidente interino e, finalmente, presidente nomeado da província.

Os autores discutem a rede de relações familiares de Almeida Boto, construída por meio de casamentos estratégicos com outras famílias de prestígio como os Coelho de Melo e os Dantas, reforçando a lógica de perpetuação dos grupos dominantes, típica da sociedade

brasileira oitocentista. Assim, a ascensão e consolidação dos “Boto” refletem um padrão de poder baseado na circulação de capitais econômico, político, militar e simbólico, mobilizados em favor da notoriedade e continuidade familiar.

Considerações finais

É perceptível que a imprensa oitocentista desempenhou um papel crucial na dinâmica política do Império, atuando não apenas como veículo de informação, mas também como espaço de disputa simbólica, construção de reputações e intervenção nos conflitos entre grupos das elites regionais. No caso de Sebastião Gaspar de Almeida Boto, os jornais foram fundamentais para a construção de sua imagem pública por meio de elogios e críticas recorrentes firmando representações positivas e negativas. A análise das fontes revela que a imprensa funcionava como instrumento de poder, servindo aos interesses das facções políticas e contribuindo para a formação do imaginário coletivo sobre figuras públicas. Assim, compreender o papel da imprensa no século XIX permite não apenas acessar múltiplos contextos do passado, mas também refletir sobre os mecanismos de visibilidade, disputa e autoridade que marcaram a consolidação do Estado imperial brasileiro e as trajetórias de suas lideranças regionais.

Portanto, Sebastião Gaspar d'Almeida Boto foi uma das figuras mais proeminentes e controversas da política sergipana oitocentista. Descendente de uma família de elite sergipana, com origens na nobreza portuguesa, Boto construiu sua trajetória pública a partir da articulação entre capital econômico, prestígio militar e alianças familiares estratégicas. Iniciou sua carreira ainda jovem e ao longo de sua vida pública ocupou cargos de grande relevância, como deputado provincial, presidente interino da província e presidente nomeado. Sua gestão, contudo, foi marcada por intensas críticas da imprensa local, que o acusava de incompetência administrativa e autoritarismo. Ainda assim, sua longa permanência no cenário político evidencia não apenas sua influência nas redes de poder provincial, mas também as formas como as elites locais mobilizavam recursos simbólicos, políticos e familiares para manter-se no controle do aparelho institucional durante o Império.

Fontes:

COMUNICADO. *Correio Sergipense*: folha official, política e literária. Sábado, 4 e quarta-feira, 8 de abril de 1840, ed. 178-179, p.4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03 de mar. 2025.

ASSEMBLEIA PROVINCIAL. *O Triunfo*. Laranjeiras, 05 mar. 1844, ed. 00015, p.1. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

O SR. BOTO E AS SUAS MANOBRAS. *O Triunfo*, Laranjeiras, 16 abr. 1844, ed. 00023, p. 1. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GOVERNO DA PROVINCIA DE SERGIPE. *Decreto provincial*. Novembro de 1838. G1 - Doc. 27. Aracaju: Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Acesso em: 11 de junho 2024.

Referências Bibliográficas:

ANTONIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro - Sergipe (1750-1831)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. Xícaras, Tutu e uma Província em Lágrimas: política e disputas eleitorais em Sergipe nas páginas do Sentinella da Monarquia (1842). In: ANTONIO, Edna Maria Matos; MAZA, Fabio (Org). *Sergipe: Diálogos de História, Memória e Política*. Curitiba: Editora CRV, 2021. p.53-72.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Ed. 4ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Ed. 3ª. Aracaju: Editora UFS, 2013.

GUARANÁ, Armindo. *Diccionario Biobibliográfico sergipano*. Governo de Sergipe: 1925.

KIELING, Camila Garcia. A noção de dispositivo e o enquadramento da imprensa oitocentista. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 91–109, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/WDf8TktZ946Y9t3Tw8SFMjr/>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

NUNES, Aparecida Maria. *A Imprensa Oitocentista nas Páginas de Dona Francisca Senhorinha*. *Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*. nº 8, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/2066>. Acesso em: 15 de março de 2025.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe colonial II*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SANTOS, David W. S. dos; LEANDRO, Hélio W. S. “Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Reconversões sociais e esferas de atuação. *Scientia Plena*, v.6, nº12, 2010. Disponível em: <https://www.scientiaplenua.org.br/sp/article/view/316/84>. Acesso em: 07 de maio de 2025.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2.ed., 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Paulo Henrique Dias de. *O poder legislativo em Sergipe provincial: documentação e pesquisa*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2025. Relatório Final (Programa de Iniciação Científica Voluntária – PICVOL -FAPITEC - PID13523-2023).

³ O jornal “O Triunfo: Folha Litteraria, Política, e Commercial” era publicado às terças e sextas-feiras, exceto em dias santos, na cidade de Laranjeiras, sendo impresso na Typographia Constitucional de Manoel Raimundo e C.^a. A assinatura podia ser feita trimestralmente por 2\$500 réis, semestralmente por 5\$000 réis ou anualmente por 8\$000 réis, sempre com pagamento adiantado. Cada exemplar avulso era vendido por 80 réis. Assinantes tinham direito a uma coluna gratuita para publicações, pagando 80 réis por linha excedente. Já os não-assinantes pagavam 100 réis por linha. Comunicados e correspondências deviam ser enviados ao administrador da tipografia, em carta fechada, com porte pago, assinada e reconhecida por tabelião, conforme exigia a legislação vigente.

³ O jornal Correio Sergipense era publicado às quartas-feiras e sábados, exceto quando esses dias coincidissem com dias santos de guarda, salvo dispensa. A assinatura custava 6\$000 réis por ano, 3\$500 réis por semestre e 2\$000 réis por trimestre, com pagamento adiantado. Os assinantes tinham direito a uma coluna gratuita, sendo cobrados 100 réis por linha para publicações excedentes. Os artigos enviados para publicação deveriam vir assinados com responsabilidade e autenticados conforme a lei. Textos vindos de fora da capital deveriam ser enviados ao redator em carta fechada e com porte pago.

⁴ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>.

⁵ Correio Sergipense: Folha Oficial, Política e Literaria. 1840. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁶ A Revolta de Santo Amaro, ocorrida em 1836 na província de Sergipe, foi um movimento de caráter político eleitoral. Segundo Freire, a Revolta se iniciou com a insatisfação popular diante de um processo eleitoral fraudulento, que foi conduzido pelo grupo político ligado a Sebastião de Almeida Boto, para garantir sua vitória nas eleições para deputado na Assembleia Geral. A “explosão” do conflito foi uma lei que transferia a sede administrativa da vila de Santo Amaro para Maruim. A lei gerou forte reação dos moradores locais, que estavam dispostos a resistir com armas. Boto liderou uma dura repressão que resultou em saques, execuções sumárias e violência generalizada. Com a intensificação do conflito o governo provincial enviou tropas para sufocar o movimento, o que gerou mais mortes e a fuga de muitos opositores para outras províncias (Freire, 1898. 3^aed., 2013).

⁷ Correio Sergipense: Folha Oficial, Política e Literaria. Ed. 178-179, 1840. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁸ O Triunfo. Ed. 00015, 05 de março de 1844. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁹ O Triunfo. Ed. 00023, 16 de abril de 1844. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹⁰ Periódico fluminense que circulou entre os anos de 1840 a 1847, teve como editores Tomaz José Pino de Serqueira e posteriormente Bernardo pereira de Vasconcelos. O jornal era alinhado aos interesses e a defesa da autoridade monárquica e está disponível no site da Biblioteca Nacional.